



# Vinte anos de ‘Império’: limites e potencialidades de uma obra canônica e de grande impacto no debate intelectual

**Flavia Guerra Cavalcanti (1) e Giuseppe Cocco (2)**

1- Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), editora associada da Sul Global.

2- Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação (ECO/UFRJ), coordenador do Laboratório Território e Comunicação (LABTeC/UFRJ)

Este dossiê é dedicado a *Império*, de Michael Hardt e Antonio Negri, um livro acadêmico que provocou, 20 anos atrás, grande impacto e controvérsia no debate intelectual, sobretudo no campo da esquerda. A ideia desta edição não é realizar um balanço da teoria hardt-negriana que culmine em um julgamento sobre sua adequação à contemporaneidade. Não se trata de exaltar ou descartar o conceito de *Império*, mas de repensá-lo, tensioná-lo, indagar sobre seus limites, apontar suas potencialidades e, até mesmo, complexificá-lo.

Os artigos desta Edição especial revelam a amplitude e a variedade das discussões que ainda hoje podem ser suscitadas por questões já postas em *Império*: o lugar do poder norte-americano na ordem imperial (Jeudiel e Cocco), o trabalho imaterial e o Estado de Bem-estar social (Andersen), a produção subjetiva na Geopolítica da Covid-19 (Carvalho), a possível fertilização cruzada entre *Império* e populismo de esquerda (Agustín), a recepção de *Império* na América Latina (Pennisi) e os movimentos migratórios a partir das perspectiva da ontologia da Multidão (Guerra Cavalcanti).

Negri e Hardt propuseram a noção de *Império* para dar conta das transformações da soberania após a queda do muro de Berlim e da implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), deslocando radicalmente as linhas interpretativas até então dominantes no campo da crítica e dos movimentos sociais. Por um lado, dizia-se que a URSS tinha acabado e que estávamos entrando na era de um imperialismo americano ilimitado, uma espécie de hiperpotência. Outros afirmavam que a hegemonia americana estava em seus estertores e seria incapaz de liderar a globalização do mercado nos moldes de uma governança neoliberal.

A obra de Hardt e Negri propôs uma saída desses embates, abandonando o conceito de imperialismo, o que foi reafirmado no livro publicado mais tarde por Negri e Cocco (2005). Na América Latina, isso gerou críticas (ver Pennisi neste dossiê), mas também muitas tentativas de apropriação do conceito, desvirtuando-o de seu sentido original, como se houvesse um “*Império americano*” que dominaria o planeta. Com base nessas interpretações paradoxais, continuava-se a manter a crítica anti-imperialista.

Para Negri e Hardt, a globalização seria um “não lugar *sem fora*”, ou seja, um processo de integração da vida planetária que se apresentava como aceleração dos fluxos e internalizava todo o espaço e tempo. Todo o mundo passava a ser incluído dentro de uma infinita modulação e hibridização dos fragmentos.

Alguns críticos quiseram enxergar, nesse novo conceito, a reverberação da crença no liberalismo como horizonte intransponível. A teoria de Hardt e Negri seria apenas outra versão do fim da história hegeliano atualizado por Francis Fukuyama. Mas o que Negri e Hardt estavam dizendo em *Império* era algo bem diferente. No pós-Guerra Fria, não se tratava mais de explicar o mundo por meio de uma disputa entre dois modelos – capitalismo e socialismo –, mas de considerar os antagonismos imanentes que cortavam todo o espaço global/imperial, visto agora como destituído de um exterior: longe de acabar, a história se intensifica e seus conflitos se internalizam. Como não ver nos conflitos que atravessaram a sucessão presidencial nos Estados Unidos, desde o levante do Black Lives Matter (depois do assassinato de George Floyd) até a invasão do Capitólio (no dia 6 de janeiro de 2021) uma confirmação das análises de Hardt e Negri?

No lugar do binarismo, colocava-se o antagonismo ubíquo - e irresolúvel - no corpo global do que se tornou o Império. Além disso, a soberania imperial não tinha um único centro, mas dividia-se em três esferas, assemelhando-se, neste aspecto, à esquematização de Políbio

sobre a Constituição Mista do Império Romano: poder monárquico, ainda ligada ao poderio militar norte-americano; a aristocrática, formada por grandes empresas multinacionais e instituições multilaterais (como as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio etc.); e, enfim, a democrática, onde atuavam as multidões auto-organizadas. A globalização, portanto, não era vista como fruto de nenhum determinismo e ainda menos como a afirmação de um poderio norte-americano definitivamente sem obstáculos. No âmbito dessas indeterminações, Hardt e Negri manifestavam-se a favor de uma política democrática dentro do Império que fosse capaz de se contrapor às suas formas monárquica e aristocrática.

No texto “... a nombre de la libertad...”: Latinoamericana ante la dinastia Jeffersoniana”, Giuseppe Cocco e Jeudiel Martinez afirmam que Império é “una verdadera memorabilia de los noventas” (2021, p.6). Como complemento e complexificação das formas monárquica e aristocrática de Império, os autores sugerem o conceito de *Dinastía*: se considerarmos que o Império é uma pirâmide e os estados nacionais são representados por linhas, temos que a Dinastía constitui-se por triângulos com dimensões comuns a um e outro. Pois bem, segundo Cocco e Martinez, a Dinastía tem se mostrado inábil para ordenar a América Latina nos termos biopolíticos do Império, como demonstraria a ausência de uma política americana efetiva para a Venezuela de Maduro.

Na mesma linha, o artigo de Marcelo Valença e Bruno Carvalho, “A pele do Leviatã e a geopolítica do vírus: a noosfera como território político dos afetos”, mostra que os Estados Unidos não seguiram o *script* previsto por Império, qual seja, mobilizar “a lógica imperial, em uma era de soberania global pós-moderna” (Valença, Carvalho, 2021, p.3). Ao contrário, Trump defendeu o fechamento de fronteiras e a antiglobalização. Valença e Carvalho argumentam que a atuação das grandes potências na pandemia só pode ser explicada por uma “geopolítica do vírus”: os Estados utilizam cálculos geopolíticos, mas o fazem tendo como base o território da noosfera, palavra derivada do grego *noos* (mente) e que significa um “espaço” afetivo de produção de subjetividade marcado pelo fluxo contínuo de informações. E é apenas neste aspecto da produção biopolítica que, na opinião de Valença e Carvalho, a teoria de Hardt e Negri ainda teria algo a dizer 20 anos depois.

A produção biopolítica também aparece no trabalho Magnus Andersen, “*On the Commodification of Living Knowledge in Empire: a view from the Global North*”, que explora como a captura da subjetividade do trabalho imaterial pelo Estado dinamarquês serve a um projeto político de encontrar um espaço para países pequenos na ordem imperial capitalista. O trabalho social e imaterial que produz o bem comum é, assim, transformado em *commodity*.

Em “*Populism and Empire: the Impossibility of Sovereignty*”, Agustín apresenta uma proposta que poderia soar herética para muitos negrianos: o populismo tem potencial para tratar de questões levantadas por Império. Não o populismo em sua definição clássica, mas o populismo de esquerda tal como definido por Laclau e Mouffe. O mesmo ocorreria em sentido inverso (agora para horror dos defensores do populismo de esquerda): Império poderia contribuir para pensar o populismo. Isto seria possível porque ambas as teorias se baseiam no mesmo pressuposto: “a impossibilidade de unificar todas as subjetividades em um único sujeito ou luta” (Agustín, 2021, p.6).

A teoria do Império foi ambigualmente recebida pela esquerda latino-americana e, em particular, pela argentina, como vemos no artigo de Ariel Pennisi: *Imperio: no llores por mí Argentina*. *Imperio* foi lido no contexto da crise econômica argentina de 2001 em uma tradução de Eduardo Sadier feita imediatamente após a publicação da obra nos Estados Unidos. Por um lado, vieram as críticas, sendo a mais conhecida a do sociólogo marxista Atílio Borón, em *Imperio & Imperialismo* (2002). Por outro, chegaram os elogios e as incorporações dos conceitos do livro a espaços psicanalíticos (o grupo *Acontecimiento*), grupos de estudo, movimentos e coletivos.

Por fim, esta edição apresenta a resenha de Grazziano Mazzochinni sobre o livro de Elia Zaru publicado na Itália, em 2019, *La postmodernità di 'Empire'. Antonio Negri e Michael Hardt nel dibattito internazionale (2000-2018)*. Zaru traça o panorama do debate internacional desencadeado pela obra *Império* e nos estudos marxistas e pós-coloniais, nas ciências econômicas e na sociologia do trabalho. Os impasses, contradições, inovações e aberturas teóricas trazidas por Negri e Hardt talvez sejam o motivo pelo qual os intelectuais ainda encontram nesta obra um reservatório de ideias, pensamentos e métodos.

Os artigos desta Edição especial não exaurem a discussão sobre *Império*, mas nos permitem vislumbrar a multiplicidade de temas e abordagens que podem ser estudados a partir dos conceitos desenvolvidos por Hardt e Negri. Nem sempre os autores dos artigos concordam entre si em suas leituras sobre *Império* e *Multidão*. Um determinado recorte pode privilegiar uma questão e não outra. Experiências a partir do Norte Global ou do Sul Global influenciam o que se prefere destacar na obra. Esperamos que nossos leitores também possam construir as suas leituras, indagações e comentários sobre *Império*.